

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Livia Silva Souza
E-mail: livia.ssouza12@gmail.com
Instituição: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasil

Submetido: 04/05/2021

Aprovado: 15/06/2021

Publicado: 23/11/2021

 10.20396/rho.v21i00.8665548

e-Location: e021048

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

SOUZA, L. S.; LACÉ, A. M. Juventude, violência e trajetória escolar: a voz dos jovens em final de medida socioeducativa no Distrito Federal. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-23, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8665548.

Disponível em: <https://bit.ly/3qYAfnY>. Acesso em: 23 nov. 2021.



JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E TRAJETÓRIA ESCOLAR: A VOZ DOS JOVENS EM FINAL DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO DISTRITO FEDERAL

  **Lívia Silva Souza***

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

  **Andréia Mello Lace****

Universidade de Brasília

RESUMO

Este artigo discute a percepção dos jovens do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal, que se encontram no final da medida socioeducativa de internação, sobre juventude, violência e trajetória escolar, problematizando o contexto de vida desses jovens e revelando suas condições juvenis. A pesquisa foi realizada em uma unidade socioeducativa de internação do Distrito Federal, com uma abordagem qualitativa e desenvolvida por meio de dois procedimentos que se complementam. O primeiro consistiu na aplicação de um questionário individual e o outro na realização de dois grupos focais, entre novembro de 2018 e maio de 2019. Participaram do estudo 10 jovens do sexo masculino, com idades entre 17 e 19 anos. Ao dialogar com as referências do campo de estudos sobre juventude e violência, Cara e Gauto (2007), Dayrell e Carrano (2014), José Santos (2014) e Silva (2011), evidenciou-se o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. A pesquisa revelou os modos pelos quais os jovens em final de medida socioeducativa de internação pensam e constroem as suas experiências com as diferentes faces da violência e apontou que a trajetória escolar dos jovens representa descontinuidade, fragmentação e forte relação entre evasão e envolvimento com o crime.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Violência. Socioeducação. Trajetória escolar.

YOUTH, VIOLENCE AND SCHOOL TRAJECTORY: THE VOICE OF YOUNG PEOPLE AT THE END OF SOCIO-EDUCATIONAL MEASURE IN THE FEDERAL DISTRICT

Abstract

This paper discusses the perception of teenagers from socio-educational system of Federal District, who are about to leave the internment, concerning youth, violence and scholar trajectory, problematizing their life context and revealing their youth conditions. The research was accomplished in a socio-educative unit of internment in Federal District, it has a qualitative approach and it is developed by two procedures which complete each other. The first procedure consisted in applying an individual questionnaire and the second consisted in the construction of two focal groups, between November 2018 and May 2019. Ten young male interns attended the research, aged between 17 and 19 years old. When interacting with the references in the field of youth and violence studies, Cara and Gauto (2007), Dayrell and Carrano (2014), José Santos (2014) and Silva (2011), there was evidence in a risk of analyzing young people in a negative way, emphasizing their missing characteristics to attend a determined model of “being young”. The research revealed the ways in which the young people at the end of socio-educative internment think and build their experiences with different faces of violence and it showed that the scholar trajectory of young people represents discontinuity, fragmentation and strong relation between scholar evasion and crime involvement.

Keywords: Youth. Violence. Socio-education. Scholar trajectory.

JUVENTUD, VIOLENCIA Y TRAYECTORIA ESCOLAR: LA VOZ DE LOS JÓVENES AL FINAL DE LA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EN EL DISTRITO FEDERAL

Resumen

Este artículo analiza la percepción de los jóvenes del Sistema Social y Educativo del Distrito Federal, que se encuentran al final de la medida socioeducativa bajo sanción social, sobre la juventud, la violencia y la trayectoria escolar, problematizando el contexto de vida de estos jóvenes y revelando sus condiciones de juventud. La investigación se realizó en una unidad de internamiento socioeducativa del Distrito Federal, con abordaje cualitativo y desarrollada a través de dos procedimientos que se complementan. El primero consistió en la aplicación de un cuestionario individual y el otro en la realización de dos grupos focales, entre noviembre de 2018 y mayo de 2019. Participaron del estudio diez hombres jóvenes, de entre 17 y 19 años. Al dialogar con referencias del campo de los estudios sobre juventud y violencia, Cara y Gauto (2007), Dayrell y Carrano (2014), José Santos (2014) y Silva (2011), se hizo evidente el riesgo de analizar negativamente a los jóvenes, enfatizando las características que les faltarían para corresponder a un determinado modelo de “ser jóvenes”. La investigación reveló las formas en que los jóvenes al final de una medida socioeducativa de internamiento piensan y construyen sus vivencias con los diferentes rostros de la violencia y señaló que la trayectoria escolar de los jóvenes representa discontinuidad, fragmentación y una fuerte relación entre evasión y participación en el crimen.

Palabras clave: Juventud. Violencia. Socioeducación. Trayectoria escolar.

INTRODUÇÃO

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
 Que não são embora sejam.
 Que não falam idiomas, falam dialetos.
 Que não praticam religiões, praticam superstições.
 Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
 Que não têm cultura, têm folclore.
 Que não têm cara, têm braços.
 Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.
(GALEANO, 2002)

Este estudo surgiu da inquietação provocada pelo contato direto com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Esse contato se caracterizou de formas diferentes ao longo do tempo e de acordo com a experiência das pesquisadoras, seja como professora do sistema, gestora de acompanhamento da escolarização nas unidades socioeducativas, seja como coordenadoras de ação de extensão universitária voltada para a socioeducação. São inquietações que se aliam a olhares de quem está dentro e fora do Sistema. Visões internas e externas, mas, sobretudo, cúmplices no interesse pela juventude e pela concretização dos direitos sociais. Pretende-se, então, analisar qual é a percepção desses jovens sobre trajetória escolar, juventude e violência.

Antes, porém, de explicitar os caminhos da pesquisa, cabe situar contextualmente que a Constituição Federal de 1988 se configurou como um divisor de águas, pois sua abordagem se respalda na proteção integral da criança, do adolescente e do jovem, com absoluta prioridade, conforme assegura seu artigo 227. É dever da família, do Estado e da sociedade zelar pela proteção integral e garantir um feixe de direitos que envolve a vida, a saúde, a educação, a profissionalização, a cultura, a dignidade, dentre outros. (BRASIL, 1988). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, regulamentou o artigo 227 da CF de 1988 e consolidou o tratamento legal e social que deve ser dispensado às crianças e adolescentes brasileiros. Especifica, no parágrafo único do artigo 4º, que a garantia de prioridade se relaciona a quatro diretrizes, a saber: primazia de receber proteção e socorro, precedência de atendimento nos serviços públicos, preferência na execução e formulação de políticas sociais e destinação privilegiada de recursos públicos. (BRASIL, 1990). Além disso, o ECA traz como norma de hermenêutica jurídica o artigo 6º, que leva em conta a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

A proteção integral, prioritária, e o entendimento da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento são preceitos que rompem, no plano da forma instituída, com concepções advindas do Código de Menor de 1927 e da revisão do Código de Menor de 1979, que legislavam sobre proteção e vigilância a menores em “situação irregular”. Em outras palavras, a Constituição Federal de 1988, o ECA e posteriormente o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo¹ (SINASE), aprovado em 2012, pactuam o entendimento de que toda criança, adolescente e jovem são sujeitos de direitos e que família, Estado e sociedade devem zelar pelo seu desenvolvimento sadio e prevenir todo e qualquer tipo de violação.

Essa abordagem legal materializa anos de luta de entidades vinculadas aos direitos humanos e que se contrapunham à situação de constantes violações que a infância e a juventude, sobretudo pobres, vivenciavam nos espaços da rua, nas territorialidades consideradas violentas e nas Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs). Os tratamentos desumanos dispensados a essas crianças refletiam também a ausência de eficácia de políticas sociais para enfrentar a complexa situação de vulnerabilidade socioeconômica dessa parcela populacional.

As conquistas descritas anteriormente corroboram para que a década de 1990 seja marcada pelo reconhecimento da juventude como alvo de ações governamentais no Brasil, no entanto, a percepção ainda é do jovem como problema e desvio, sendo necessário intervir para salvá-lo e reintegrá-lo à ordem social. (ABRAMO, 1997).

Abramo (1997) evidencia que, nos estudos acadêmicos, os jovens são temas de investigação e reflexão, no entanto, a maior parte da reflexão é destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (notadamente as instituições escolares, ou a família, ou, ainda, os sistemas jurídicos e penais no caso de adolescentes em situação “anormal” ou de risco). Poucos estudos abordam o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações.

Interessa nesse momento destacar a produção sobre a juventude em conflitos com a lei, considerados, segundo Sposito (2009), pela mídia e pelo senso comum, um dos maiores problemas sociais, vistos como grave ameaça à ordem pública, parte importante da representação do medo tão difusa na sociedade brasileira.

Em relação aos trabalhos que se referem aos adolescentes privados de liberdade, sujeitos deste artigo, Sposito (2009) aponta dois grandes eixos que articulam as problemáticas. O primeiro, que reúne o maior número de trabalhos (18), diz respeito ao tema da violência. No segundo eixo, estão reunidos (14) trabalhos que, em sua maioria, realizaram uma avaliação da política de atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais. Nesses casos, o foco dos estudos recaiu mais nas medidas, nos programas e no sistema de atendimento. Recentemente, tem ganhado volume o número de estudos voltados para a consideração dos jovens, suas experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação. É importante mencionar a contribuição das produções advindas dos sistemas

socioeducativos estaduais, como as contidas na *Revista Socioeducação* do novo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), no Rio de Janeiro, especialmente, os trabalhos de Flávia Santos (2018) e Oliveira (2018).

O DISTRITO FEDERAL E A SOCIOEDUCAÇÃO: PASSADO E PRESENTE

O Distrito Federal inicia sua ação institucional com adolescentes que cometeram atos infracionais a partir do projeto “Menor Autor de Ato de Infração”, em 1973, executado à época pela Fundação do Serviço Social (FSS/DF) e pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Inicialmente, essa parceria tratava da execução financeira de um projeto arquitetônico. Finalizada a construção da Unidade, a FUNABEM assume, também, a operacionalização do atendimento do Centro de Triagem e Atendimento ao Menor (CETRAM)².

Já em 1992, é publicada a Lei nº 663/1994, que cria o Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE). Depois de um longo período de tentativas de implementação de projetos pedagógicos, profissionalização, promoção de atendimento humanizado e, diante de um grave quadro de precariedade da estrutura física, insalubridade, superlotação, rebeliões e mortes, em 2014, o CAJE foi totalmente desativado, sendo, inclusive, demolido.

Recorda-se que o CAJE, até o ano de 2003, era a única unidade de internação de adolescentes infratores no DF. Concomitantemente a essa situação que ocorria no CAJE e diante das graves violações de direitos, culminando, inclusive, no acionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), houve a inauguração do Centro Socioeducativo Amigoniano (CESAMI), em 2003, do Centro de Internação de Adolescentes Granjas das Oliveiras (CIAGO), em 2006, e do Centro de Internação de Adolescentes de Planaltina (CIAP), em 2008.

Nesse contexto histórico de implementação de políticas relacionadas às medidas socioeducativas no DF, a responsabilidade pela execução destas ficou a cargo de diversas Secretarias, tais como Fundação do Serviço Social (FSS/DF), Secretaria de Desenvolvimento Social (SDES), Secretaria de Estado da Criança e Assistência Social (SECRAS/DF), Secretaria de Ação Social (SEAS/DF), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (SEDST/DF), Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUS/DF), Secretaria de Estado da Criança (SECriança), além da Polícia Civil, que assumiu a Direção do CAJE de 1998 a 2007, e da Congregação Terciária Capuchinhos de Nossa Senhora das Dores/Amigonianos.

Durante todo esse percurso, foram elaboradas e “implementadas” diversas propostas de atendimento. Todo esse reordenamento visava a um atendimento mais humano, eficaz e em consonância com as novas legislações. Atualmente, o órgão gestor do Sistema Socioeducativo no DF é a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, responsável por 1

(uma) Unidade de Atendimento Inicial (NAI), 15 (quinze) Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA), 6 (seis) Unidades de Atendimento em Semiliberdade (USL) e 7 (sete) Unidades de Internação Socioeducativas (UIS).

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Os caminhos da pesquisa de abordagem qualitativa se desenharam por meio de dois procedimentos complementares. O primeiro consistiu em aplicação de um questionário aos jovens. Nessa etapa, foi realizada de forma individual uma caracterização dos jovens acautelados, com informações contendo dados pessoais e previsão de saída da Unidade. Os dados colhidos por meio desse instrumento possibilitaram a criação do quadro contextual, cujo teor consta no subitem “Notas de Contexto”. Em seguida, solicitamos a participação dos referidos jovens, em grupos focais, pois intencionava-se extrair e fazer emergir as percepções e sentidos sobre os processos de escolarização, juventude e violência.

O grupo focal é uma técnica metodológica que pressupõe a discussão e a partilha de ideias, percepções e crenças sobre temas variados. (KITZINGER, 2000 *apud* BOMFIM, 2009). Desse modo, se constituiu rico procedimento de interação entre os jovens e entre os jovens e os moderadores da pesquisa. Foram realizados dois grupos focais: o primeiro em novembro de 2018 e o segundo em maio de 2019, a partir de um roteiro estruturado em tópico-guia com questões versando sobre trajetória escolar, escola na medida socioeducativa, juventude, família, perspectivas de futuro, dentre outras. Participaram do estudo 10 jovens do sexo masculino em final de medida socioeducativa de internação, com idades entre 17 e 19 anos.

Os grupos focais foram realizados em uma unidade de final de medida, no Distrito Federal. Nessa unidade, os jovens encontram-se em processo de finalização de medida de internação e já receberam autorização judicial para saídas sistemáticas e/ou para realizarem estágios. Os jovens permanecem nesse espaço por até três meses e, de acordo, com o órgão gestor do sistema, a rotina institucional busca potencializar os espaços de convivência e reinserção na comunidade, respeitados os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Em relação à estrutura física, a Unidade apresenta quatro casas de convivência, com quartos para alojar de dois a quatro jovens, refeitório comunitário, Núcleo de Ensino, espaço multiuso e sala de leitura com cinco computadores conectados à internet. Os quartos das casas de convivência assemelham-se a celas e são gradeados.

O primeiro grupo focal ocorreu na sala de leitura e o segundo do lado de fora, em frente à sala de leitura. O tempo entre a realização do primeiro e do segundo grupo foi importante para o estabelecimento de vínculo com os jovens, pois, nesse intervalo, realizaram-se oficinas integrantes do Projeto de Extensão de Educação Digital na Socioeducação³.

NOTAS DE CONTEXTO

As breves notas de contexto de vida, apresentadas a seguir, conduzirão a discussão dos resultados e as reflexões das categorias juventude, violência e trajetória escolar.

Quadro 1 – Descrição das informações sobre o contexto de vida dos jovens participantes dos grupos focais

(continua)

Jovens	Contexto de vida dos jovens
Jovem 1	Tem 19 anos e mora em Brazlândia (DF). Está na 1ª série do Ensino Médio e abandonou a escola no ano de 2013. Não trabalha, mora com os tios, que são pastores, sua mãe é professora e mora no Estado de Minas Gerais. Em 2016, ingressou na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída da medida era dezembro de 2018. Relatou que com 14 anos recebeu sua primeira sentença.
Jovem 2	Tem 19 anos, mora em Ceilândia (DF) e trabalha como produtor de eventos nos finais de semana. Ele cursa o 9º ano do Ensino Fundamental, nunca abandonou a escola, mas reprovou algumas vezes. Mora com os pais, sua mãe é balconista, seu pai é serralheiro. Tem um filho de 9 meses. Em 2017, ingressou na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída era dezembro de 2018.
Jovem 3	Tem 19 anos, mora em Planaltina (DF). Faz curso de pizzaiolo em Samambaia e está no 9º ano do Ensino Fundamental. Em 2014, abandonou a escola. Mora com a mãe, que é chefe de cozinha. Em 2017, ingressou na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída era dezembro de 2018.
Jovem 4	Tem 18 anos e mora em Samambaia (DF). Faz curso de pizzaiolo em Samambaia e está no 9º ano do Ensino Fundamental. Em 2014, abandonou a escola. Mora com a mãe, que não trabalha. Em 2016, ingressou na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída era dezembro de 2018.
Jovem 5	Tem 19 anos, mora no Gama (DF). Faz curso de pizzaiolo em Samambaia e está no 9º ano do Ensino Fundamental. Em 2014, abandonou a escola por dois anos. Mora com a mãe, que é secretária. Em 2011, teve seu primeiro ingresso na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída era novembro de 2018.
Jovem 6	Tem 18 anos e mora em Samambaia (DF). Não trabalha e cursa a 1ª série do Ensino Médio. Em 2016, abandonou a escola e ingressou na medida socioeducativa de internação. Ele mora com a mãe, que é cuidadora. A previsão de saída era novembro de 2018.

Quadro 1 – Descrição das informações sobre o contexto de vida dos jovens participantes dos grupos focais

(continua)

Jovem 7	Tem 17 anos e mora em Ceilândia Norte (DF). Está na 1ª série do Ensino Médio, reprovou no 5º ano e abandonou a escola nesse mesmo ano. Não trabalha, mora com a mãe, que trabalha com serviços gerais e fez um curso de técnico em enfermagem. Relatou que com 11 anos recebeu sua primeira sentença na medida, lamenta o tempo que ficou em medida longe da família. Sua previsão de saída é junho de 2019.
Jovem 8	tem 17 anos e mora em Santa Maria (DF). Seu último trabalho foi como ajudante de pedreiro. Ele cursa a 1ª série do Ensino Médio, abandonou a escola no 9º ano do ensino fundamental e reprovou no mesmo ano. Mora com a sua tia e uma irmã de 12 anos, sua mãe faleceu recentemente. Sua tia é recepcionista. Com 14 anos ingressou na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída é junho de 2019. Ele disse que durante a medida de internação teve muito tempo para refletir sobre a vida.
Jovem 9	tem 19 anos, mora em Samambaia Sul (DF). Ele cursa a 1º ano do Ensino Médio, abandonou a escola em 2015 durante três anos, mas nunca reprovou. Mora com a sua mãe, que é do lar, e com o padrasto, autônomo. Com 17 anos ingressou na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída é maio de 2019.
Jovem 10	tem 16 anos, mora no Itapoã I (DF). Ele cursa a 1º ano do Ensino Médio, abandonou a escola em 2012 e reprovou quando cursava o 5º ano do ensino fundamental. Mora com a sua mãe, que é diarista doméstica. Ele trabalha no Banco de Brasília (BRB) como estagiário. Com 15 anos ingressou na medida socioeducativa de internação e a previsão de saída é junho de 2019.

Fonte: Autoria própria, 2019.

Observa-se que, dos 10 jovens, um mora com os tios, um com a tia, um mora com o pai e a mãe e sete moram apenas com a mãe. A ausência paterna e a ligação de parentes masculinos, pai, irmãos e primos, com a criminalidade é recorrente, conforme podemos constatar por meio dessas três falas: “[...] porque meu irmão está lá embaixo... na ‘Cascavel’ [...]” (JOVEM 10, 2019, informação verbal); “Já tem 2 anos e 4 meses. [...]. Eu tenho primo que está preso... lá embaixo [...]” (JOVEM 4, 2019, informação verbal); “Meu pai está preso... eu visitava ele um ano atrás... mas agora não [...]”. (JOVEM 1, 2019, informação verbal).

As referências dizem respeito ao Sistema Prisional do Distrito Federal e “lá embaixo” evidencia a localização geográfica do complexo penitenciário. Esses jovens convivem com a ausência paterna e com o encarceramento de homens da família. Tal fato corrobora com os estudos realizados por Flávia Santos (2018) ao trazer à tona, por um lado, a fragilização da rede de proteção familiar e, por outro, a repetição de histórias marcadas, indelevelmente,

por diversas violações de direito e negligências na consolidação de políticas sociais verdadeiramente comprometidas com a proteção integral de nossas crianças e jovens.

Outro ponto que se depreende é a sobrecarga de responsabilidade, sobretudo para a mãe e/ou para a avó. Interessante notar que, segundo Marques (2017), o DF é a unidade federativa que lidera o índice de mães que criam os filhos sozinhas. Não foi intenção deste estudo olhar os dados desagregados das regiões administrativas, todavia, pode-se apontar a hipótese de que existe uma correlação de forças entre regiões administrativas com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e maior índice de mães-solo. No Quadro 1, as regiões administrativas de origem dos jovens podem revelar onde essas mães estão localizadas e colaborar para aprofundar estudos que desvelam conflitos socioeconômicos entre violência, gênero e juventude, por exemplo.

O vínculo afetivo forte com a mãe foi outro aspecto que se sobressaiu na pesquisa. A figura materna é descrita como carinhosa, presente, preocupada, amorosa, dedicada. Vejamos o fragmento de um *rap* de autoria (JOVEM 8, 2019, informação verbal):

[...] Mãe me perdoa por não ser um bom filho.
E por muitas vezes te fazer chorar.
Por todas as noites acordada esperando eu voltar.
Você é minha rainha, o meu ouro e o meu diamante.
Minha princesa linda, minha joia rara, meu amor constante.
Sei que essa vida que eu levo te deixa muito infeliz.
Eu te amo acima de tudo porque seu sorriso me deixa feliz [...].

Em alguns momentos, transparece certo endeusamento materno, um desejo de o vínculo ser como o idealizado. Em um dos relatos compartilhados, o sobrinho de um dos jovens e o irmão menor foram levados para uma instituição de acolhimento e, em outro, a mãe não podia visitar o irmão mais velho porque estava com restrição na justiça: “[...] minha mãe ficou 1 ano e 7 meses sem poder entrar lá, porque ela teve uma passagem aí [...]”. (EVANGELISTA, 2018, p. 65).

Em sua tese, Evangelista (2018, p. 65) evidencia que um dos jovens estudados “[...] demorou três meses para nos dizer que sua própria mãe o iniciara no tráfico e que ela própria era traficante. Um jovem nos relatou em segredo que muito novo descobriu que a mãe era prostituta, mas que nunca tivera coragem de falar isso com ninguém.”

Olhar a figura materna em sua humanidade e em seus próprios dilemas pode tornar a realidade mais turva do que já é.

JUVENTUDE E O CAMPO DE ESTUDO

Os jovens em final de medida de internação, com idade entre 17 e 19 anos, não se enxergam como jovens: “[...] nós não somos mais jovens, somos adultos já... todo mundo aqui tem quase 19 anos [...]”. (JOVEM 2, 2019, informação verbal). A compreensão de

juventude possui diferentes abordagens de estudos. Na visão de Cara e Gauto (2007, p. 171), no decorrer dos anos, foram cunhadas algumas abordagens na tentativa de compreensão da juventude, “[...] transformando o termo juventude em uma categoria social polissêmica, de difícil apreensão analítica.” Nesse sentido, nos deparamos no cotidiano com várias representações sociais e diferentes definições a respeito da juventude que interfere no modo como compreendemos os jovens. Uma dessas abordagens diz respeito a compreender a condição de ser jovem como momento preparatório, como uma transição, devendo os jovens serem educados para o enfrentamento dos desafios da vida adulta. De acordo com Dayrell e Carrano (2014, p. 106), a tendência, sob essa perspectiva, é a de enxergar a juventude pelo lado negativo: “[...] o jovem é o que ainda não se chegou a ser [...]”, “[...] nega-se assim o presente vivido.”

Por outro lado, essa abordagem dialoga com a interpretação da juventude percebida como etapa problemática da vida. Ainda, segundo o ponto de vista desses autores, a forma como os fenômenos sociais de violência são divulgados pela mídia, principalmente os homicídios, o tráfico de drogas, o consumo de álcool e de outras drogas, a ameaça da AIDS e a gravidez na adolescência contribuem para estigmatizar a imagem de que a juventude é um tempo de vida problemático.

Enxergar o jovem pela ótica dos problemas é reduzir a complexidade desse momento da vida. É preciso cuidar para não transformar a juventude em idade problemática, confundindo-a com as dificuldades que possam afligi-la. É preciso dizer que muitos dos problemas que consideramos próprios dessa fase, não foram produzidos por jovens. Esses já existiam antes mesmo de o indivíduo chegar à idade da juventude. Pensemos, por exemplo, na violência policial que faz de suas vítimas prioritárias os jovens negros das periferias de nossas cidades. (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 107).

Esse tipo de concepção colabora com a estigmatização da fase juvenil fundamentada em uma ideia do comportamento como uma espécie de risco e infere fortemente na perspectiva dualista de relacionar o jovem com o fenômeno da violência, “[...] ora como perpetradores de atos violentos e/ou delituosos, ora como vítimas da violência e da criminalidade, geralmente associada a condições socioeconômicas adversas e processos de exclusão social.” (PIMENTA, 2014, p. 222).

Nesse sentido, respaldamos este artigo no conceito de geração desenvolvido por Karl Mannheim *apud* Weller (2010), que colabora para transcender o entendimento da juventude como uma etapa com um fim predeterminado e como um momento de preparação para a vida adulta. De acordo com Weller (2010, p. 219, grifo do autor),

O conceito de gerações de Mannheim e sua acurada elaboração sobre a posição, a conexão e a *unidade geracional* rompem com a ideia de uma unidade de geração concreta e coesa e nos instiga a centrar nossas análises nas *intenções primárias documentadas nas ações e expressões de determinados grupos*, ao invés de buscarmos caracterizar suas

especificidades enquanto grupo. Perguntar-se pelos motivos das ações desses atores coletivos envolvidos em um processo de constituição de gerações, implica ainda em uma análise da conjuntura histórica, política e social a partir de uma perspectiva que poderíamos situar no nível *macro*, bem como do conhecimento adquirido pelos atores nos espaços sociais de experiências conjuntivas, e que poderíamos denominar como sendo uma análise no campo *micro*.

Mannheim pode ser considerado um pioneiro da Sociologia da juventude ao destacar dois importantes aspectos. “O primeiro refere-se à importância de compreendermos a juventude levando em consideração o contexto histórico, político e social no qual ela está inserida. O outro aspecto diz respeito a perceber a relação entre juventude e sociedade em termos de reciprocidade.” (WELLER, 2007, p. 13).

Assim, levando em consideração que o conceito de gerações cunhado por Mannheim possibilita desenvolver uma compreensão sociológica dos grupos sociais que emergem em determinado período e lugar, Bassalo e Weller (2015) concebem o conceito de juventude como grupo geracional. “Entendida como grupo geracional, pode-se identificar que a juventude recebe uma herança cultural da geração anterior e, ao mesmo tempo, produz novos significados a partir de suas relações com o meio social.” (BASSALO; WELLER, 2015, p. 239).

Nessa mesma perspectiva, Dayrell (2003), a partir de uma pesquisa realizada com jovens que participam de grupos de *rap* e funk, interpreta a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. Na visão do autor, a juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, evidenciou que os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares.

Diferentemente das interpretações anteriores, Bassalo e Weller (2015) e Dayrell (2003) compreendem os jovens enquanto sujeitos sociais e contribuem para se pensar a juventude como sujeito de direitos. Entendem essa etapa da vida como momento singular do desenvolvimento pessoal e social, aspectos que colaboram com a superação da visão negativa sobre os jovens, levando em consideração o seu lugar social, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil.

Os jovens participantes da pesquisa expressaram suas condições juvenis de diferentes maneiras, conforme demonstrado nas falas que seguem: “[...] ser jovem é aproveitar [...]” (JOVEM 2, 2019, informação verbal); “Jovem é ser vaidoso, mas o que a gente já passou dentro das cadeias é um inferno, está falando de medida socioeducativa, mas não tem nada de socioeducativo aqui, vocês sabem muito bem, comida ruim, tudo ruim [...]” (JOVEM 3,

2019, informação verbal); “[...] somos praticamente treinados na vida, não somos mais jovens, a juventude ficou para trás [...]” (JOVEM 4, 2019, informação verbal); “Nossa juventude foi tomada pelo Estado, perdemos toda no crime, ficou para trás [...]” (JOVEM 5, 2019, informação verbal); “Ser jovem fora da medida é batalha, é liberdade, é cuidar da família, ajudar a mãe [...]” (JOVEM 6, 2019, informação verbal); “Eu não sou jovem lá fora, não, eu morava sozinho, arcava com meus prejuízos [...]”. (JOVEM 6, 2019, informação verbal).

Como revela Esteves e Abramovay (2007), a condição juvenil encerra uma série de símbolos e experiências sociais, culturais, econômicas e políticas que influenciam o desenvolvimento individual e social dos jovens e configuram a maneira que eles se relacionam com o mundo. Infere-se, portanto, que o contexto de vida dos jovens da pesquisa, bem como as experiências do acautelamento, constitui espaços e tempos nos quais esses jovens podem afirmar a experiência de uma determinada condição juvenil. Mesmo quando suas perspectivas são repletas de sentimentos de não pertencimento à juventude, de perda, de solidão, de situações de conflitos e dificuldades, colocam em questão as imagens ou um certo “modelo” de juventude. (DAYRELL, 2003). Uma juventude que vivencia e protagoniza em seu cotidiano vários tipos de situações de violência, questão a ser aprofundada no próximo item.

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Ao considerar que as pesquisas sobre a juventude se fundamentam numa perspectiva dualista, corroboramos com os estudos de Pimenta (2014, p. 222), que reitera que os

[...] jovens têm sido tomados como objeto de investigação tanto pela ótica do “problema social” (como adolescentes infratores ou jovens delinquentes, perturbadores da ordem pública, associados a condutas consideradas desviantes), como pela ótica do “risco” (da toxicod dependência, da gravidez precoce, do desemprego e da inserção precária no mercado de trabalho, das transições malsucedidas para a vida adulta).

Para a autora, essa dicotomia contribui para obscurecer a percepção da participação dos jovens como sujeitos ativos dos processos sociais nos quais se encontram envolvidos, isto é, como agentes das escolhas e decisões que orientam suas trajetórias biográficas (de escolarização, de inserção no mercado de trabalho, de formulação e realização de projetos individuais e familiares e, inclusive, de infração e delito).

A abordagem deste estudo concebe o conceito de violência enquanto problema social que vem se configurando como prática recorrente na sociedade brasileira, buscando conhecer o fenômeno da violência a partir das representações sociais que estão inseridas no cotidiano dos indivíduos e das instituições. (PORTO, 2010). Nessa perspectiva, as representações sociais acerca da violência dos jovens da pesquisa transitam sobre seu

cotidiano. Quando questionados sobre como é o lugar onde moram, o tema da violência surgiu singularmente. Vejamos as falas do Jovem 6 e do Jovem 10: “[...] todo lugar tem violência... crime, roubo, assalto, homicídio, estupro, agressão física, a gente convive com isso até hoje [...]”. (JOVEM 6, 2019, informação verbal).

Quando eu fui preso, meu irmão morreu. Aí tipo, minha mãe está sofrendo muito. Aí ela precisa mais de mim presente. Aí tipo, eu tô pensando nela, né? Meu irmão? Morreu com 23, foi por causa disso aí, dessa vida aí, né. Aí tipo, eu penso mais nela, porque as “condição” lá em casa também não é muito boa, né. Aí fui pro caminho do estudo que é melhor. Pelo menos tentar, né, se conseguir, né, tamo na caminhada. (JOVEM 10, 2019, informação verbal).

Percebe-se, nos fragmentos, as representações da violência que perfazem a trajetória de vida dos jovens em suas relações. Conceituar o fenômeno da violência implica distinguir diferentes tipos de violência como ponto de partida para a construção sociológica da questão. Para José Santos (2014, p. 35), é necessário considerar, além da violência física, a violência simbólica, ou seja, o “[...] mascaramento do arbitrário cultural que é inculcado no indivíduo que resultam na fabricação de uma teia de discriminações, estigmas e exclusões.”

A respeito do caráter múltiplo da violência, considerando a subdivisão do fenômeno entre violência física e simbólica, apresentamos uma narrativa de *rap*, intitulado “Realidade Sangrenta”, de autoria do Jovem 8 (2019, informação verbal), recitado em um momento de confraternização do grupo de pesquisa:

Hoje eu acordei muito indignado!
 Sonhei que eu era milionário
 Dono de carros importados
 Trajes enjoados
 Mulheres pra lá e pra cá.
 [...]
 Tudo sendo pago pelo dinheiro roubado no Senado
 Imagine logo eu no lugar do safado
 Muito dinheiro roubado sendo maus usados
 Que traziam um aumento da desigualdade na sociedade
 Já no em vez de ser usados para melhoria da cidade
 Acordei outra realidade
 Liguei a tela e no jornal só vi maldade
 Corrupção ativa e lavagem de dinheiro que fode a sociedade
 [...]
 Entra no mercado rouba, furta as carnes de gado
 Homem de dezenove anos com os estudos terminado
 Sonhava em ter um salário
 Mas não foi empregado
 [...]
 Nossa realidade é sangrenta
 Na guerra de peixe grande
 Piaba não se sustenta
 Podia tá falando de amor

Mas infelizmente a vida não me entrega flor!
Entrega sofrimento
Ganância e muita dor!

Após a exposição do jovem, o grupo foi tomado por muita comoção, principalmente entre os demais jovens presentes que compartilham dessas interações sociais cotidianas, a força física, a regulação simbólica, a subordinação às restrições (SILVA, 2011), materializadas com muita sensibilidade pelo jovem compositor do *rap*. No decorrer da transcrição desse material, percebeu-se, conforme assinala Porto (2010), os sentidos que a violência assume no cotidiano dos jovens em seu processo de concretização:

[...] violência como forma de dominação, da violência como forma de sobrevivência, da violência como afirmação da ordem institucional legal, da violência como contestação dessa mesma ordem, da violência como forma de manifestação de não-cidadania, da violência como forma de manifestação de insegurança, do medo. (PORTO, 2010, p. 21).

Na tentativa de compreender como esses diversos sentidos da violência se materializam na vida urbana, Porto (2010, p. 14) chama atenção para a necessidade de se questionar a natureza das relações sociais, “[...] uma vez que é nas e pelas relações sociais que o social se constitui como tal, por meio de condutas significativamente orientadas por um sistema de normas e valores enquanto representações de um dado ordenamento social.”

Ao abordar os fenômenos da violência pelas relações sociais locais, precisa-se levar em conta a dimensão da sociabilidade já constituída por Silva (2011). Esse autor apresenta em seus estudos uma minidescrição sociológica da sociabilidade violenta para uma compreensão adequada da “violência urbana”. Sobre essa categoria social, recorreremos a outro fragmento do *rap* do Jovem 8 (2020, informação verbal):

[...] Hoje ganha a vida num 155 de carro,
Morador de rua pula do viaduto e se mata!
Tem gente que acha graça, mas ninguém entende nada.
Saidinha de banco, 155 te “encaixando”, roubo à pedestre,
Homicídio por herança
Se aprovar a lei de dezesseis, com treze o menor se envolve,
Rouba o gerente pra ter as noites ciclope,
Mata o segurança pra ficar com um revólver,
Vende drogas para os playboys pra ter mais ibope.
A ambição muda o homem,
Compaixão passa longe.
No corre a milhão, os moleque que vêm de frente puxa os bondes.
Nossa realidade é sangrenta,
Menor de dezesseis já anda com as .40 [...].

Para Silva (2011, p. 72), a “sociabilidade violenta” é uma forma de vida autônoma, singular e complexa na qual a força física – roubo de carro, roubo a pedestre, homicídio, arma de fogo, presentes no fragmento do relato anterior – torna-se um “princípio de

coordenação” das práticas. Em outras palavras, são práticas articuladas pela violência urbana, cuja característica central é a transformação da força física (e suas extensões materiais), de meio de obtenção de interesses, em princípio de coordenação das ações. (SILVA, 2011). Nesse sentido, a sociabilidade violenta se produz e reproduz através das atividades dos sujeitos conhecedores ativos, críticos e estratégicos dessa forma de vida.

Pesquisas empíricas como as de Alba Zaluar (1994) na década de 1980, pioneira em trabalhos de campo da violência urbana cotidiana da periferia da cidade do Rio de Janeiro, também apresentam complexos processos socioculturais para pensarmos os mecanismos sociais da violência urbana. Dentre esses processos, evidenciam-se dois que auxiliam na compreensão do fenômeno da violência compartilhada pelos jovens da pesquisa. O primeiro é o processo de globalização, que transformou os jovens em consumidores de produtos. Nos relatos a seguir, podemos ver como esse processo cultural se concretiza nas relações sociais dos jovens: “[...] Lá fora eu nem lembro da unidade, só domingo à noite, a gente vai pra quebrada, bota um pisante no pé, roupa boa [...]” (JOVEM 1, 2019, informação verbal); “Aí pah, os conjunto da Oakley, tá de boa [...]” (JOVEM 1, 2019, informação verbal); “Andar sempre bonito [...]” (JOVEM 4, 2019, informação verbal); “É, recuperar o tempo perdido [...]” (JOVEM 8, 2019, informação verbal).

Quando sair vou tá de palio na quebrada. É, um paliozinho. Começar com um palio, né? Num vou também crescer as vista, né? Pegar já um sonatação. É, né, lindo arranjar esse tanto de dinheiro. Um paliozinho de boa, cordãozinho de ouro, pah. 24K na cara! Moleque ostentação! [...]. (JOVEM 1, 2019, informação verbal).

Torna-se necessário colocar em questão a forma de expressão do jovem morador da periferia e sua relação com a sociedade do consumo. Na maioria das vezes, o acesso a bens de consumo confere distinção e prestígio no grupo, *ser o cara da quebrada* é o que move muitos jovens em busca de recursos para acessar o mundo da cultura juvenil e experimentar a construção de suas identidades.

Outro processo social analisado por Zaluar (1994) com jovens do mundo do crime é o chamado processo de constituição do *ethos* guerreiro, que envolve a valorização de bens como a arma e o fumo, as roupas bonitas, o dinheiro no bolso, a disposição para matar, ou seja, o fascínio pela aquisição de bens e a figura do bandido. Nesse sentido, se estabelece a figura do teleguiado, aquele que faz, mas não sabe o que está fazendo, ainda não pensou o que é uma cadeia. São mentes fracas e sujeitadas, orientadas pelos sujeitos fortes e absolutos no mundo do crime. A constituição dessas relações sociais é revelada nas narrativas que seguem: “[...] sim a gente via os cara tendo carro, roupa nova, cordão, relógio, carro, casa, a mulher que os cara quer... os cara vê e fala oxe?” (JOVEM 1, 2019, informação verbal); “[...] e hoje eu vejo que é tudo ilusão, só me afundei, não tenho carro, não tenho casa, não tenho nada [...]”. (JOVEM 1, 2019, informação verbal).

Sobre a relação dos jovens dentro da unidade, destaca-se o *ethos* guerreiro legitimando a violência física e o confronto com o inimigo: “[...] aqui, se o cara abaixar a

cabeça, as pessoa monta em cima. Por isso que o cara tem que ser é ruim, é. Não dô motivo pra ninguém, mas se der motivo também [...]” (JOVEM 3, 2019, informação verbal); “Se der entrada tem que pegar logo, pra ninguém mais dá entrada e desacreditar moço [...]” (JOVEM 5, 2019, informação verbal); “Com todo respeito, dá um bocado de tiro na cara e pronto [...]” (JOVEM 7, 2019, informação verbal); “É, porque se der mole a gente mata um ali na frente [...]”. (JOVEM 8, 2019, informação verbal).

Sobre como se divertem nos finais de semana que têm permissão para visitar a família, destaca-se a hipermasculinidade:

Pô, quando eu saio eu já entro no *Facebook*. Já ligo alguma menina, né? Primeiro tem que pensar na... Aí eu já pago o Uber, já vem, puf. Depois fica comigo lá umas horas, já pago pra voltar. Aí vou pra rua, fico fazendo dinheiro. Depois, de noite, eu já chamo outra. (JOVEM 1, 2019, informação verbal).

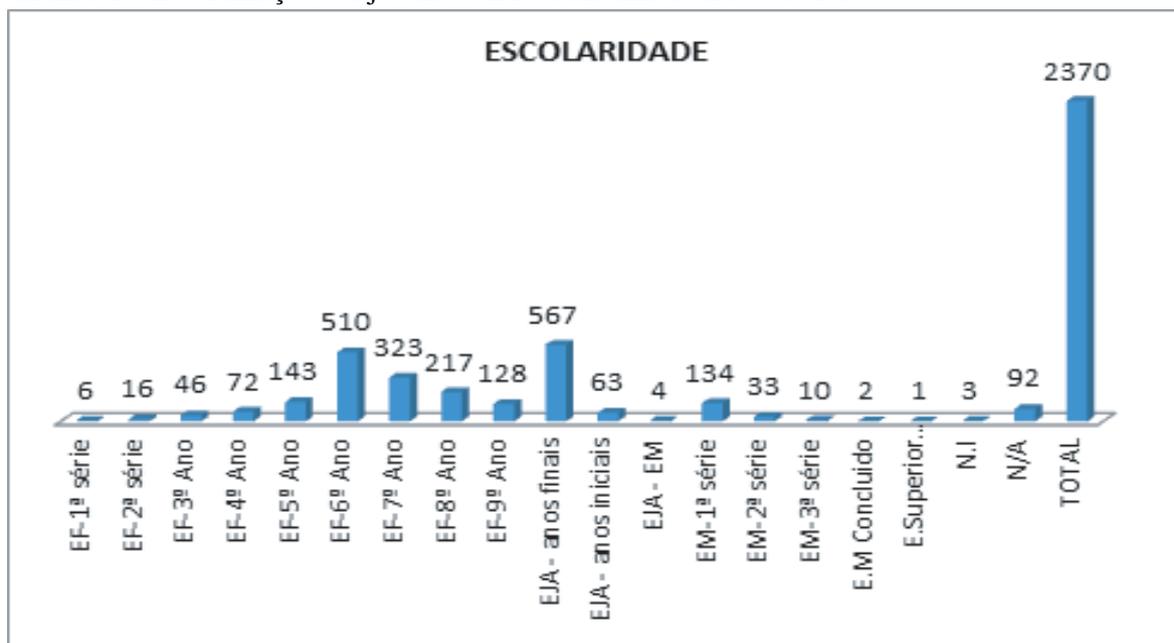
O fenômeno da violência incorporado por jovens, portanto, insere-se em um conjunto de formas de sociabilidade violenta, configuradas como expressão dos jovens acautelados nas unidades socioeducativas. As “Diretrizes Pedagógicas de Escolarização na Socioeducação do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 25) sinalizam que esses jovens “[...] apresentam, em sua maioria, um histórico de crise com a instituição Escola, apresentam episódios de não aprendizagem, reiteradas transferências, reprovações, não frequência, distorção idade/série e evasão.”

TRAJETÓRIA ESCOLAR FORA E DENTRO DA MEDIDA

O abandono escolar coincide com o uso de drogas lícitas e ilícitas e com o envolvimento no crime: “Quando eu comecei a fumar cigarro foi mal. Já desandei. Comecei a roubar [...]” (JOVEM 7, 2019, informação verbal); “Vi os bagulhos que eu não tinha, já arrumava... chegava em casa com altas coisas [...]” (JOVEM 1, 2019, informação verbal); “Quando o cara roda a primeira vez [...]” (JOVEM 7, 2019, informação verbal); “Foi mal... depois que se envolve, muleque, tá é doido é, só tragédia [...]” (JOVEM 7, 2019, informação verbal).

Via de regra, os jovens analisados abandonaram a escola nos anos finais do Ensino Fundamental (5º ao 9º anos), situação que corrobora com os dados apresentados no Anuário do Núcleo de Atendimento Inicial (NAI).

Gráfico 1 – Escolarização dos jovens – entrada Sistema Socioeducativo



Fonte: Anuário do Núcleo de Atendimento Inicial, Distrito Federal (2018, p. 22).

Evidencia-se que dos 2370 jovens que deram entrada no Sistema Socioeducativo, em 2017, 74% tinham escolarização entre os 6º e 9º anos, Anos Finais do Ensino Fundamental e, destes, 34% estavam inseridos nos 6º e 7º anos. Os Anos Finais do Ensino Fundamental são uma das etapas de escolarização nas quais ocorrem muitas mudanças. Disciplinas separadas, maior cobrança, possível afastamento na relação professor/aluno, coincidindo, na maioria dos casos, com a mudança de escola. Além disso, são outros grupos sociais, novos espaços, transformações no corpo, desejos sexuais e de consumo mais aflorados.

Ao falarem sobre a trajetória escolar fora da medida, os jovens remeteram suas lembranças para os anos iniciais do Ensino Fundamental e trouxeram uma visão positiva da escola. Inclusive, afirmaram que não tiveram dificuldades nas matérias e que nunca haviam reprovado. Em outro momento da discussão, quando o tema era a escola dentro da medida, alguns explicitaram certa dificuldade com a “escola da rua”, seja com o conteúdo, seja nas relações sociais: “[...] Comecei a me envolver no crime, fui perdendo o gosto pela escola, já não gostava de ir, tinha dificuldade, daí foi só piorando [...]” (JOVEM 10, 2019, informação verbal); “[...] Meu período na escola foi tipo, foi bom, foi tipo uma época boa. Mas com uns alunos lá eu não tinha muita paciência, não... brigava muito na escola [...]” (JOVEM 8, 2019, informação verbal); “Se na rua a gente entrava 7:15 e saía 12:15 a gente não aprendia... imagina 3 horas de aula?” (JOVEM 7, 2019, informação verbal).

A escola fora da medida foi rememorada, na maioria das vezes, como o espaço da liberdade, da inocência, da sociabilidade. Externar as dificuldades na escola fora da medida, talvez, signifique colocar mais uma marca num corpo cheio de distinção. Suas percepções no tempo presente são de “autores infracionais”, de sujeitos que não se veem como jovens e

que ainda trazem, como assinala Guerra (2017, p. 264), “[...] uma dupla inscrição: a do desamparado e do perigoso.” A do jovem perigoso que, porém, fracassou na vida transgressora; que se encontra acautelado pelo Estado e, na maioria dos relatos, reincidente no fracasso transgressor: “[...] Passa a primeira semana roda de novo, outra semana, roda de novo, aí fica com 20 passagem na ficha, aí depois com sentença, puf, é assim. Só cadeia [...]”. (JOVEM 7, 2019, informação verbal).

Sobre a escola dentro da medida, a maioria considerou como essencial, mas, ao mesmo tempo, de conteúdo fácil, diferente da escola da rua, carga horária menor e aula descontinuada: “[...] Se não fosse aqui eu ainda tava na quinta série [...]” (JOVEM 7, 2019, informação verbal); “É mais fácil, não se aprofunda muito nos conhecimentos [...]” (JOVEM 8, 2019, informação verbal); “Infracionei com 17 anos e [...] quase não tinha aula, um dia sim, outro não [...]” (JOVEM 3, 2019, informação verbal).

A escola dentro da Unidade de Internação está submetida a uma forte articulação entre diversos setores e profissionais. Para o estudante ser encaminhado à escola é preciso que um Agente Socioeducativo o leve do Módulo⁵ para a sala de aula. Todas as vezes que o jovem é encaminhado para a Escola ou retorna dela, por medida de segurança, passa por revista pessoal. Apesar de o SINASE evidenciar que a medida socioeducativa deve ter uma dimensão prioritariamente pedagógica, podemos observar, ainda hoje, a discricionariedade na condução dos estudantes para as aulas, fazendo transparecer que o estudo é um benefício concedido ao jovem e não uma garantia de direito.

A relação professor/aluno foi um dos aspectos que se sobressaiu nas falas: “[...] aqui tem um professor que traz a ocorrência para todo mundo, porque ele parece que vem para atrasar os outros [...]” (JOVEM 4, 2019, informação verbal); “Tem professor que chega, enche o quadro e pronto, manda copiar, passa dever e não explica nada, espera todo mundo copiar... ela coloca a resposta no quadro, todo mundo copia, e ela dá o visto e dá a nota [...]” (JOVEM 2, 2019, informação verbal); “[...] tinha professor que explicava, mas outros só da gente estar na escola era 10 [...]”. (JOVEM 7, 2019, informação verbal).

A complexidade da relação pedagógica requer análises mais longitudinais, a fim de cruzar percepções dos estudantes, gestores, professores e coordenadores dos núcleos de ensino nas unidades. Existem multiplicidade de práticas e de concepções de educação. Práticas pedagógicas que reforçam a exclusão e os mecanismos de violência simbólica, quando a ocorrência é o texto principal; e práticas que valorizam a formação para além da cópia, do visto e da nota.

Como promover dentro dos núcleos de ensino institucionalizados práticas docentes emancipatórias e criativas? A escolarização dentro da medida consegue ser potência para extrair olhares inéditos para esses jovens? Olhares que enxergam a singularidade de cada sujeito e que registram “[...] a trajetória positiva prescindindo do marco do pior?” (GUERRA, 2017, p. 264).

O olhar de descrença tende a selar distâncias: “[...] ninguém aqui acredita em nós não, já olha como se nós fosse voltar.” (JOVEM 7, 2019, informação verbal). Como nos ensina Freire (1989), a educação como prática de liberdade transborda a relação ensino/aprendizagem, pois onde há relação humana, há relação educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se analisar as percepções dos jovens em fim de medida de internação sobre juventude, violência e trajetória escolar. Ao dialogar com as referências do campo de estudos sobre a juventude, evidenciou-se o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de “ser jovem”. Defendemos um olhar para a juventude que vivencia e protagoniza em seu cotidiano suas condições juvenis, e nas percepções dos jovens há forte recorrência da não existência dessa fase do desenvolvimento em suas vidas.

Juventude encarcerada e violência são faces da realidade brasileira do passado e do presente. Por meio dos dados analisados, enfatizaram-se os modos pelos quais os jovens em final de medida socioeducativa de internação pensam e constroem as suas experiências com as diferentes faces da violência.

Não se pode deixar de trazer à tona que a trajetória escolar da juventude em estudo representa descontinuidade, fragmentação e forte relação entre evasão e envolvimento com atos transgressores. Pode-se inferir que esses jovens já chegaram na instituição escolar com direitos partidos e perdidos no seio familiar? Em complemento, a escola ainda não está preparada para acolher, fazer busca ativa e lidar com crianças e jovens múltiplos e diversos? E o Estado brasileiro segue falhando em sua missão de zelar em conjunto com a família e sociedade pela proteção integral de nossas crianças, adolescentes e jovens? As pesquisas mapeadas pelos estudos de Sposito (2009), Brancalhão, (2003), Miranda, (2005), Guerra (2017) e Flávia Santos (2018) são unânimes em apontar a debilidade do Estado na garantia efetiva dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo para a parcela que está sob a proteção do ECA.

Nesta sociedade brutalmente desigual, a resolução proposta para resolver os conflitos da juventude encarcerada, geralmente, é violenta. O acautelamento e a reincidência constante expressam, para além do ato infracional, um conjunto de direitos que foram negados. Expressam uma realidade que ainda sangra, conforme fragmentos do *rap* de autoria de um dos jovens:

[...]
Mantendo as esperanças que insistem em aparecer
no momento sou só mais um detento em fase de socialização
Que a juíza me sentenciou, querendo-me regeneração
Privado das insanidades do mundão
Deitado na minha “jega” vem à recordação

Sonhava em ter carrão e andar sempre de cima o rolê com os “irmão” no fim de semana mudava o clima “Rham”
 Também me lembrei da minha mina
 Que ficava doida quando me via vendendo cocaína
 E quantos que às vezes me indignam
 Quantos “manos” não perderam a vida nas esquinas?
 Ou se encarceraram com meio quilo de farinha!
 Nossa realidade é sangrenta!
 [...]. (JOVEM 8, 2020, informação verbal).

Na sua quase totalidade, a produção acadêmica sobre a temática da juventude e violência não discute especificamente a condição juvenil. Grande parte dessas produções centra suas análises em explicar o fenômeno da violência deixando a juventude fora do cerne da questão. Um caminho interessante para futuras pesquisas – além de inovar nas práticas metodológicas, buscando ouvir, observar e aprender com esse jovem – é discutir sobre a condição juvenil, sobretudo dos jovens privados de liberdade. Como evidenciado ao longo deste artigo, esses jovens produzem uma série de símbolos e experiências, sociais, culturais, econômicas e políticas, que influenciam na sua constituição social e na forma que eles se relacionam com o mundo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Juventude e Contemporaneidade Revista Brasileira de Educação**, ANPED/PUC-SP, n. 5 e 6, p. 35-36, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3GUE9E2>. Acesso em: 18 out. 2020.
- BASSALO, L. M. B.; WELLER, W. Jovem e mulher: um estudo sobre os posicionamentos de internautas feministas *In*: SOUZA, C. (org.). **Juventudes e tecnologias: sociabilidades e aprendizagens**. Brasília: Liber Livro, 2015. p. 235-254.
- BOMFIM, L. Grupos focais conceitos, procedimentos e reflexões baseados em experiência com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 777-796, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3GOpx8Z>. Acesso em: 8 out. 2020.
- BRANCALHÃO, W. R. D. **A educação para o adolescente em conflito com a lei: mecanismo de inserção ou exclusão social**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Marília, Marília, 2003.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <https://bit.ly/2YwzXbV>. Acesso em: 19 out. 2020.
- BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: <https://bit.ly/3mogdPO>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CARA, D.; GAUTO, M. Juventude: percepções e exposição à violência. *In*: ABRAMOVAY, M. A.; ESTEVES, L. C. G. (org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Unesco, 2007. p. 171-196.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3CPD6m4>. Acesso em: 5 out.2020.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. *In*: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (org.). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. p. 101-133.

DISTRITO FEDERAL. **Lei 663, de 28 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a criação do Centro de Atendimento Juvenil Especializado na Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, DF: [1994]. Disponível em: <https://bit.ly/3abSInx>. Acesso em: 13 maio 2021.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal. **Anuário do Atendimento Socioeducativo Inicial no Núcleo de Atendimento Integrado**: NAI/UAI-DF, 2017. Brasília: Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal. **Diretrizes Pedagógicas de Escolarização na Socioeducação**: SEDF, 2014. Brasília: Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal, 2014.

ESTEVES, L. C.; ABRAMOVAY, M. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *In*: ABRAMOVAY, M.; ANDRADE ESTEVES, L. C. G. (org.). **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Unesco, 2007. p. 19-54.

EVANGELISTA, M. G. de C. **Ato infracional e laço social**: o lugar da família, da escola e da sociedade. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GALEANO E. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUERRA, A. Educar para a cidadania: nas fronteiras da socioeducação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 2, p. 260-274, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3bJ6xu8>. Acesso em: 29 set. 2020.

MARQUES, M. DF tem o maior índice de mães-solo entre famílias com filhos no Brasil. **G1**, Brasília, 14 maio 2017. Disponível em: <https://glo.bo/3oDZ7jz>. Acesso em: 1 dez. 2019.

MIRANDA, T. T. **Medida sócio-educativa de liberdade assistida**: do ideal educativo à sua realidade repressiva e punitiva. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

OLIVEIRA, T. F. K. Efeitos da medida socioeducativa de internação: um estudo de caso. **Revista SocioEducação**, Rio de Janeiro, ano 2, edição 2, 2018.

PIMENTA, M. de M. Juventude e violência. *In*: LIMA, R.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTO, M. S. G. **Sociologia da Violência – do conceito às representações Sociais**. Brasília: Francis, 2010.

SANTOS, F. S. L. Adolescentes do Degase e a ausência de seus vínculos paternos: o que o estado tem a ver com isso? **Revista SocioEducação**, Rio de Janeiro, ano 2, edição 2, p. 72-79, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3wdAwE8>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTOS, J. V. T. Modernidade tardia e violência. *In*: LIMA, R.; RATTON, J. L. AZEVEDO, R. G. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 15-22.

SILVA, L. A. M. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. **Etnográfica** [online], v. 15, n. 1, p. 67-82, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3lfOZLO>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SPOSITO, M. P. (coord.) **Estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 1.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3mIQsef>. Acesso em: 29 set. 2020.

WELLER, W. Karl Mannheim: um pioneiro da Sociologia da juventude. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2007. p. 1-15. GT26: Sociologia da infância e juventude. Disponível em: <https://bit.ly/2YtpDS0>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ZALUAR, A. M. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

AUTORIA:

* Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). E-mail: livia.ssouza12@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: amlace@unb.br

COMO CITAR ABNT:

SOUZA, L. S.; LACÉ, A. M. Juventude, violência e trajetória escolar: a voz dos jovens em final de medida socioeducativa no Distrito Federal. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-23, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8665548. Disponível em: <https://bit.ly/3qYAfny>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Notas

-
- ¹ A partir de 2002, para dar efetividade às regras e recomendações do ECA e instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, iniciou-se uma série de encontros e debates em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, com a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e com o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD). O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) também desencadeou uma série de reuniões estaduais e regionais e um encontro nacional com juízes, promotores de justiça, conselheiros de direito, técnicos e gestores de entidades e/ou programas de atendimento socioeducativo, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Direito e Tratamento do Delinquente (ILANUD/BRASIL).
- ² Projeto Político-Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal – Internação – Secretaria de Estado da Criança.
- ³ O projeto foi proposto e desenvolvido por uma professora da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília (UnB), envolveu estudantes extensionistas do curso de Pedagogia, Licenciatura em Ciência da Computação e Artes Visuais e contou com a parceria da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF), por meio da Gerência de Acompanhamento da Socioeducação da SEEDF.
- ⁴ Nome popular de parte do Complexo Penitenciário do DF.
- ⁵ Módulo – Alojamento onde os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação “viverem”.